



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 101

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 012/2003**

Data: 24 de novembro de 2003.

SUMÚLA:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de outubro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de outubro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.11.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE NOVEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Carlos Simões e pela senhora deputada Cida Borghetti.

Às dezesseis horas e quarenta minutos foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães,

Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterada pelas Leis nºs 7812, de 29 de dezembro de 1983 e 9.174, de 29 de dezembro de 1989, ficando automaticamente extinta a taxa de segurança por ela criada. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. PARECER CONTRÁRIO DA SP. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 029/2003, de 07.06.2003).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 246/2003**

P A R E C E R :**Histórico**

O Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterada pela Lei nºs 7.812, de 29 de dezembro de 1983 e 9.174, de 29 de dezembro de 1989, ficando automaticamente extinta a taxa de segurança por ela criada.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional e visa extinguir a taxa de segurança e atribuindo ao Funrespol novas fontes de recursos.

A atribuição de novas fontes de receita ao Funrespol, visa obedecer o disposto no artigo 77 do Código Tributário Nacional, que assim dispõe:

“Art. 77 - As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma do substitutivo geral em anexo, a fim de se aprimorar a técnica de redação legislativa nos termos da Lei Complementar 95/98.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ PROJETO DE LEI Nº 246/2003

O Projeto de Lei nº 246/2003 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterada pelas Leis nºs 7812, de 29 de dezembro de 1983 e 9174, de 29 de dezembro de 1989.

Art. 2º - Os artigos 2º e 3º da Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O Funrespol será constituído dos seguintes recursos:

I - auxílios, subvenções ou dotações, municipais, federais ou privadas específicas as oriundas de convênios ou ajustes com a Secretaria Estadual da Segurança Pública;

II - recursos transferidos por entidades públicas ou particulares, dotações orçamentárias e créditos especiais ou adicionais que venham a ser, por lei ou por redistribuição através de decreto governamental, atribuídos a órgãos de estrutura da Secretaria Estadual da Segurança Pública;

III - o resultado da alienação de material ou equipamento julgado inservível;

IV - juros bancários de seus depósitos;

V - quaisquer outras rendas eventuais.”

“Art. 3º - Os recursos a que se refere o artigo anterior, serão, obrigatoriamente, depositados pelo Tesouro Geral do Estado, mensalmente, em instituição bancária, em conta especial sob a denominação de Fundo Especial de Reequipamento Policial que será movimentada pelo Conselho Diretor do Funrespol, de acordo com a deliberação do mesmo sob a forma de Resoluções”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogados os parágrafos únicos dos artigos 3º e 4º e o *caput* e parágrafo único do artigo 15, da Lei nº 9227, de 17 de abril de 1990.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 246/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a redação da Lei 6.102, de 27 de maio de 1970.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo geral.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 246/2003, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 246/2003

Altera a redação da Lei 6.102, de 27 de maio de 1970.

Art. 1º - Os artigos 2º e 3º da Lei 6.102, de 27 de maio de 1970, passam a vigorar com seguinte redação:

“Art. 2º - O Funrespol será constituído dos seguintes recursos:

I - auxílio subvenções ou dotações municipais, federais ou privadas, específicas as oriundas de convênios ou ajustes com a Secretaria Estadual da Segurança Pública;

II- recursos transferidos por entidades públicas ou particulares, dotações orçamentárias e créditos especiais ou adicionais que venham a ser, por lei ou por redistribuição através de decreto governamental, atribuídos a órgãos da estrutura da Secretaria Estadual da Segurança Pública;

III - o resultado da alienação de material ou equipamento julgado inservível;

IV - juros bancários dos respectivos depósitos;

V - outras rendas eventuais.

Art. 3º - Os recursos referidos no artigo anterior, serão obrigatoriamente depositados, mensalmente, em instituição bancária, em conta especial do Tesouro do Estado sob a denominação de “Fundo Especial de Reequipamento Policial”, que será movimentada pelo Conselho Diretor do Funrespol, de acordo com a deliberação do mesmo sob a forma de Resoluções.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se: a Lei 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterada pelas Leis 7.812 de 29 de dezembro de 1983 e 9.174, de 29 de dezembro de 1989; bem como os parágrafos únicos dos artigos 3º e 4º e o *caput* e o

parágrafo único do artigo 15, da Lei 9.227, de 17 de abril de 1990.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 246/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão revoga a Lei nº 7257 de 30 de novembro de 1979, alterada pelas Leis nºs 7812 de 29 de dezembro de 1983 e 9174 de 29 de dezembro de 1989, ficando automaticamente extinta a taxa de segurança pública por ela criada.

Fundamentação

O presente projeto tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, onde foi apresentado parecer favorável juntamente com substitutivo geral, o qual por sua vez mantém a mesma intenção de extinguir a taxa de segurança, da mesma forma teve passagem pela Comissão de Finanças, onde foi elaborado sucinto relatório favorável à tramitação do projeto de lei nos termos do substitutivo geral encaminhado em anexo com pequenas alterações gramaticais.

Resulta apurado da acurada análise do projeto em comento, que a mudança significativa no panorama da lei, fica por conta da extinção da taxa de segurança pública, a qual por sua vez é cobrada pela Polícia Civil do Estado do Paraná de diversos ramos comerciais, seguindo por base tabelas pré-estabelecidas em lei, e a fim de assegurar a transparência do processo de arrecadação tudo se dá de forma que as quantias arrecadadas vão diretamente aos cofres públicos, sem que o dinheiro permaneça em nenhum momento nas mãos dos policiais civis responsáveis pela respectiva cobrança.

Cabe explicitar ainda, de forma sucinta, que a taxa de segurança cobrada pelo Funrespol serve para a manutenção de toda uma estrutura policial, tais como aquisição de todos os computadores da Polícia Civil, viaturas policiais, armas de fogo, alguns reparos, e demais compras, as quais se dão quase que exclusivamente com o dinheiro arrecadado, diante do que, com a extinção da taxa de segurança atualmente cobrada, a estrutura policial estaria fadada à extinção, visto que o montante da arrecadação anual em 2002 foi de R\$4.696.016,13 e no ano de 2003, até o presente mês, já se acumulou na ordem de R\$4.838.379,73. Ora, os montantes de repasses estaduais e/ou federais à Polícia Civil não se compara e não seria possível a aquisição de quase nada, valendo-se dizer que não seria possível a manutenção da estrutura policial, mesmo porque, o próprio combustível das viaturas é mantido, em partes, com os valores arrecadados com a taxa de segurança do Funrespol.

Desta forma, frise-se, a extinção da taxa de segurança por consequência seria a extinção da Polícia Civil, pois não seria possível a manutenção da estrutura policial, nem tampouco com os convênios e repasses estaduais e federais, possível dizer-se que a Polícia Civil se manteria em atividade e muito menos, seria possível o seu reequipamento.

Conclusão

Diante do exposto, apresento parecer desfavorável à apreciação dos nobres colegas parlamentares pela rejeição do Projeto de Lei nº 246/2003.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente e Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que altera a Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003 (créditos do ICMS) conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/2003, de 10/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 669/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, altera a Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003, crédito do ICMS.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

O projeto amplia o prazo do fato gerador do ICMS que poderá ser confessado pelo contribuinte no Refis Estadual para 31 de outubro de 2003, bem como amplia o prazo para pagamento integral do imposto com dispensa de multas e juros para 19 de dezembro de 2003.

A ampliação dos prazos do Refis pode trazer benefício ao Estado, vez que um número maior de contribuintes poderá aderir ao programa de recuperação fiscal.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 669/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do deputado Nereu Moura, visa alterar a Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003 (créditos do ICMS).

Como podemos observar, a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade,

legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator, analisando a matéria, que a medida visa possibilitar maior conforto para que se proceda o parcelamento dos débitos, pois o exíguo tempo preceituado na lei, acarretou muitos conflitos, de forma especial aos contribuintes que se encontravam sob fiscalização, discriminando-os dos benefícios.

Desta forma, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e relator

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Só para registrar e lembrar, é bom para refrescar a memória. No passado, quando éramos governo, muitas vezes entrávamos com requerimento pedindo regime de urgência para alguns projetos, só que agora está entrando muito mais regime de urgência do que na nossa época.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estamos entrando no mês de dezembro e temos que encerrar as nossas Sessões no dia 15 e há necessidade de, em alguns projetos, agilizarmos.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Gostaria de registrar as presenças na Sessão de hoje do nosso amigo de Apucarana, João Batista, delegado e suplente deputado do PMDB e também do prefeito municipal de Faxinal, Juarez Barreto, que nos prestigiam com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, uma Sessão Especial para apresentação do relatório final da CPI do Banestado; e uma Sessão Ordinária para logo após o término da Sessão Especial, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246 e 668/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DE 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Elza Correia, Nelson Tureck e Ratinho Júnior. Contando também com a presença do presidente da APP-Sindicato, professor José Lemos; da vereadora da Câmara Municipal de Curitiba, Roseli Isidoro; do diretor da Escola Hildebrando de Araújo, professor Oswaldo Alves de Araújo. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando a palavra ao professor José Lemos, que agradeceu à Comissão pela oportunidade e declarou preocupante a iniciativa da Secretaria de Educação, por iniciar o processo de municipalização e fechamento de dez escolas públicas do Estado, causando assim grande transtorno à comunidade. Os senhores deputados e os demais participantes desta reunião também fizeram uso da palavra, no qual decidiu-se pela elaboração, como sugestão desta Comissão, de ofício ao Exmo. Sr. secretário da Educação, Maurício Requião, solicitando o cumprimento das matrículas nos estabelecimentos de ensino que estão em processo de municipalização e de fechamento, para que cessem os transtornos nas comunidades atendidas pelas mesmas. Em seguida, o senhor deputado Tadeu Veneri solicitou que fosse marcada para a próxima semana, audiência com o senhor secretário da Educação, na tentativa de solucionar os problemas com as referidas escolas. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 78/2003, de autoria do deputado André Vargas. Relator: deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Relator: deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Indicação nº 117/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relator: deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro do ano dois e mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei

nº 665/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 35/2003. Relator: deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL, COM EMENDAS - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária